



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA MISTA DA COMARCA DE ITABAIANA/PB

PROCESSO: 08020592320218150381

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresa seguradora previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscrive, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSEFA ALVES DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, apresentar suas **CONTRARRAZÕES AO RECURSO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Termo em que,  
Pede Juntada.

ITABAIANA, 13 de junho de 2022.

**JOÃO BARBOSA**

OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES

15477 - OAB/PB

PROCESSO ORIGINÁRIO DA VARA MISTA DA COMARCA DE ITABAIANA / PB  
Processo n.º 08020592320218150381  
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A  
APELADA: JOSEFA ALVES DE SOUSA

## CONTRARRAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,  
INCLÍTOS JULGADORES,

### DA PRETENSÃO DA RECORRENTE

Insatisfeito com a decisão proferida pelo Eminent Magistrado, decidiu o autor, ora Apelante, recorrer da decisão exarada na r. sentença.

O Apelante ingressou com a presente ação pleiteando a correção monetária do valor da condenação.

### DA R. SENTENÇA ORA GUERREADA

O Nobre Magistrado “a quo” entendeu, brilhantemente, julgar improcedente a demanda.


Em se tratando o objeto da presente demanda de correção monetária de pagamento de indenização relacionada ao Seguro DPVAT, a fundamentação do relatório da sentença guerreada do Juízo “a quo”, esta **PLAUSIVELMENTE COLOCADA E FUNDAMENTADA.**

### NO MÉRITO

Equivoca-se a apelante quando tenta fazer crer que faz jus ao recebimento da correção monetária do da data do sinistro.

Os documentos trazidos à colação são de clareza meridiana e conforme confessado em sua exordial, comprovam que a apelante recebeu tempestivamente o **valor correspondente a legislação vigente à época do sinistro noticiado, não havendo que se falar em saldo remanescente, considerando o pagamento da condenação já realizado pela Seguradora, vejamos:**



 Banco do Brasil

Nº DA CONTA JUDICIAL

2100111588144

Nº DA PARCELA

0

DATA DO DEPÓSITO

13/12/2021

AGÊNCIA (PREF / DV)

164

TIPO DE JUSTIÇA

ESTADUAL

DATA DA GUIA

10/12/2021

Nº DA GUIA

2805408

Nº DO PROCESSO

08020592320218150381

TRIBUNAL

TRIBUNAL DE JUSTICA

COMARCA

ITABAIANA

ORGÃO/VARA

2 VARA CIVEL/CRIMINAL

DEPOSITANTE

RÉU

VALOR DO DEPÓSITO (R\$)

16968,20

NOME DO RÉU/IMPETRADO

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

TIPO DE PESSOA

Jurídica

CPF / CNPJ

09248608000104

NOME DO AUTOR / IMPETRANTE

JOSEFA ALVES DE SOUSA

TIPO DE PESSOA

Física

CPF / CNPJ

07015766426

AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA

F1A6C9E4F18EBC04

CÓDIGO DE BARRAS

**Neste sentido vejamos o entendimento da DESEMBARGADORA VERA LÚCIA CORREIA LIMA do Tribunal de Justiça do Ceará, no julgamento da Apelação nº0207177-64.2015.8.06.0001, vejamos:**

*“[...] Em relação à correção monetária e de acordo com o entendimento Sumulado1 do Superior Tribunal de Justiça, tem-se que a indenização da verba securitária deve ser paga com base no valor vigente à época do acidente, cabendo juros moratórios e correção monetária segundo o índice oficial, apenas na hipótese de descumprimento*

*da obrigação, os quais incidem, respectivamente, a partir da data da citação e do evento danoso.*

*[...]*

*Logo, conforme a documentação acostada aos autos (págs.10/22) o pagamento foi efetuado na seara administrativa no dia 08/01/2015 (pág. 22), obedecendo à determinação legal sem qualquer resistência,*

*deste modo, não caracterizando mora. Noutro modo de dizer, não há fato gerador da correção monetária, tornando-se inviável acolher no ponto esta pretensão autoral.*

*[...]*

*Ante o exposto, e de acordo com a prerrogativa elencada no art. 932, incisos IV e V, do CPC, dou parcial provimento ao presente Recurso, reformando a sentença em ordem a estabelecer a condenação no patamar de R\$ 1.012,50 (um mil, doze reais e cinquenta centavos), como valor devido a título de complementação da indenização do Seguro DPVAT, assentando não haver correção monetária na espécie.*

Portanto, a apelante deliberadamente altera a verdade dos fatos, no intuito de se beneficiar economicamente às expensas da apelada e sob o manto do Poder Judiciário.

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelada no alto grau de conhecimento e zelo desta Egrégia Câmara Cível, **para que seja negado provimento ao RECURSO DE APELAÇÃO**, interposto pelo Autor, ora Apelante.

**Desta feita, roga a recorrida pela manutenção integral da Sentença prolatada pelo Douto Magistrado *a quo*.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ITABAIANA, 13 de junho de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**